

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA

30.07.1994

DIREITO ADMINISTRATIVO E DO TRABALHO

- QUESTÕES -

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS
MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO
PERTINENTE

1ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

Diretora de escola da Rede Estadual de Ensino, desassistida de meios oficiais para prover a unidade de condições básicas de higiene e conservação, no ano letivo de 1993, tem sanada a dificuldade mediante a contratação dos serviços de firma de conservação e limpeza pela associação de pais e mestres da escola.

Quatro meses antecedentes ao final do ano letivo, recorre à alternativa de se valer de empregada da empresa para o desempenho de funções de merendeira, mediante complementação salarial atendida pela associação, em razão da vacância do único cargo de merendeira.

Encerrado o ano letivo, essa merendeira substituta reclama judicialmente relação de emprego com o Estado, com pedido sucessivo de consectários indenizatórios sob alegação de que a empresa a dispensou sem justa causa.

I - Emita comentário jurídico fundamentado acerca do ato da direção escolar que desviou de suas funções empregado de terceiro.

II - Ofereça argumentos de mérito de defesa que o Procurador do Estado deveria deduzir em resposta à reclamação proposta.

2ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

Examine, justificando em cada caso, a admissibilidade jurídica das seguintes formas de provimento de cargos públicos, em face das disposições constitucionais vigentes sobre a matéria:

- a) ascensão
- b) transferência;
- c) readmissão;
- d) reversão;
- e) remoção.

3ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

A autoridade administrativa estadual abre concorrência pública para a concessão de serviço público de transporte de passageiros em linhas intermunicipais, destinado a atender a necessidades de população de baixa renda.

Como não acodem licitantes interessados e considerando a urgência do atendimento, a autoridade invoca esses motivos para dispensar a licitação e adjudicar o contrato, em bases negociadas, a uma empresa detentora de permissão na mesma área.

Examine e comente o acerto ou desacerto da decisão.

4ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos passaram a responder objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. Em face do que dispõe o Código de Defesa do Consumidor, nos seus artigos 14-III, e 22, poder-se-ia deduzir da disposição constitucional do art. 37, § 6º, o princípio de uma responsabilidade solidária ou subsidiária do Estado por danos advenientes para terceiros de serviços públicos prestados por concessionárias, pessoas jurídicas de direito privado?

5ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

A Construtora CASAFORTE S.A. elaborou projeto de arruamento e loteamento (P.A.L.) para urbanização de grande área de sua propriedade, com cerca de 800.000 m², situada na Baixada de Jacarepaguá, no Município do Rio de Janeiro. O P.A.L. foi aprovado pela Prefeitura Municipal, consoante o previsto na Lei Federal nº 6.766/79, expedindo-se a pertinente licença para construção. Em seguida, a empresa fez registrar o projeto de loteamento no Registro Imobiliário competente, registro esse que passou sem impugnação por terceiros. Como grande parte da área fosse constituída de terras alagadiças, brejosas, a construtora pôs-se a aterrá-las, preparando assim o terreno para receber as futuras edificações. Nesse momento, foi surpreendida por liminar concedida **Inaudita altera parte** em Ação Civil Pública que lhe propôs o Ministério Público estadual, através de sua Curadoria do Meio-Ambiente. A liminar ordenava-lhe a imediata paralisação das obras de terraplenagem e a restauração da ambiência original, que o MP afirmava constituir-se de manguezais e, como tal, protegidos por lei. Conhecendo da questão, o Secretário de Estado de Meio-Ambiente, acatando Deliberação do Plenário da Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA, aplicou à construtora a penalidade de interdição das obras, pela falta de prévia submissão do projeto à aprovação da FEEMA, e, ainda, por haver iniciado as obras sem a prévia autorização da CECA, tudo nos termos do art. 8º, I e II, do Decreto-lei estadual nº 134, de, 17.06.75. A empresa ofereceu recurso administrativo ao Secretário de Meio-Ambiente e, concomitantemente, submeteu o projeto de loteamento à aprovação e à autorização da FEEMA e da CECA, respectivamente. O recurso foi provido, com a desinterdição das obras, por isso que, mediante vistoria **In loco** dos

técnicos da FEEMA, constatou-se a inexistência de manguezais na área, tratando-se apenas de simples brejos alagadiços. O projeto foi aprovado e a CECA expediu, então, a competente licença de instalação (LI) para o empreendimento, com prazo de validade de 36 meses. Quatro anos após, a Ação Civil Pública é, afinal, julgada improcedente, cassando-se, na sentença, a liminar, já que, através de perícia, ficou provada a inexistência de manguezais na área. A decisão judicial transitou em julgado. A empresa, então, requer a revalidação da LI mas, neste passo, a autoridade ambiental lhe exige que, antes, apresente um Relatório de Impacto de Meio-Ambiente - RIMA, por força de imposição constitucional (CF - art. 225) e da legislação infraconstitucional estadual (Decreto-lei nº 134/75; Lei nº 1.356, de 03.10.88, art. 1º, XV, e Deliberação CECA nº 2.117, de 21.11.90). Aduz ainda a autoridade ambiental que, não tendo o Estado sido parte na lide, os efeitos da decisão judicial não o atingiriam, em razão dos limites subjetivos da coisa julgada, limitação essa consagrada pela lei instrumental civil. Consultada a Procuradoria Geral do Estado quanto à legalidade da exigência, nesta fase, do RIMA, em que sentido deveria ser o seu Parecer, observado o princípio da legalidade.

31.07.1994

DIREITO PROCESSUAL E CIVIL E DO TRABALHO
TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS
MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO
PERTINENTE

1ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

ROMÁRIO, com a devida outorga uxória, propôs ação reivindicatória do imóvel "x" em face do ESTADO DO RIO DE JANEIRO, que argüiu, em defesa, a usucapião extraordinária.

O juiz, rejeitando a tese de defesa, julgou procedente o pedido reivindicatório (ou: o pedido de ROMÁRIO), tendo a sentença sido reformada pela 1ª Câmara Cível que, aceitando a tese do ESTADO, julgou improcedente o pedido de ROMÁRIO, ao dar provimento ao recurso, tendo o acórdão transitado em julgado.

O ESTADO, em seguida, propôs ação declaratória de usucapião em face de ROMÁRIO, de sua mulher ALEXIA e dos confinantes do referido imóvel "x", tendo sido cumprido o disposto no § 2º do artigo 942 do Código de Processo Civil.

O juiz deferiu a produção de prova oral requerida por ROMÁRIO e ALEXIA na ação proposta pelo ESTADO e designou audiência para os próximos dias.

PERGUNTAS

- 1º - Justifique, na hipótese, o cabimento da ação declaratória de usucapião.
2º - Classifique, **in casu**, a(s) espécie(s) de litisconsórcio, justificando a resposta.
3º - Quais teriam sido os possíveis fundamentos da decisão judicial?
4º - Indique o(s) remédio(s) jurídico(s) que entender adequado(s) em prol do ESTADO e aponte as razões.

2ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

"A" ajuizou em face do ESTADO DO RIO DE JANEIRO ação de desapropriação indireta. No curso do processo, antes de proferida a sentença de mérito, formulou à Administração proposta de acordo, aceitando receber 50% do valor apurado como devido pelo laudo pericial produzido no curso do feito.

PERGUNTA-SE:

- a - é possível ao ESTADO transacionar em Juízo, no caso acima? Se afirmativa a resposta, quais são os requisitos legais para fazê-lo?
b - independentemente de sua resposta ao item "a", imaginemos que o ESTADO ajuste a transação, que é homologada pelo Juiz. Como se dará o pagamento do crédito do Autor?
c - e se a transação se fizesse em ação em que são pleiteados créditos de natureza alimentar? De que forma deverá se dar o pagamento aos credores?
d - se for desobedecida a ordem de precedência no pagamento de precatórios, o que deverá fazer o credor preterido?

3ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

Pode o réu limitar-se a promover a denunciação da lide, pedindo a citação do terceiro, sem contestar a ação?
Em face dessa revelia do denunciante, o que poderá ocorrer em relação ao denunciado?
E o que daí resultará, em face dos posicionamentos que pode assumir o denunciado?

4ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

SÁVIO propôs ação sob o Procedimento sumaríssimo, em face do ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
Contra decisão interlocutória, proferida no processo, insurgiu-se, tempestivamente, o ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através de agravo retido.
O pedido do autor, deduzido na petição inicial, foi julgado parcialmente procedente pelo Juiz de 1º grau.
O prazo para interposição do recurso de apelação venceu-se **in albis**.

Os autos foram remetidos ao E. Tribunal de Justiça para o chamado reexame necessário.

PERGUNTA-SE:

1. Seria cabível recurso adesivo por SÁVIO?
2. O E. Tribunal de Justiça, em sede de reexame necessário, deverá apreciar também o agravo retido interposto pelo ESTADO DO RIO DE JANEIRO?
3. O órgão **ad quem** poderá reformar a sentença de 1º grau para efeito de julgar o pedido formulado pelo autor integralmente procedente?
4. Na hipótese, confirmada a sentença, por unanimidade de votos, poderá SÁVIO interpor recurso especial e/ou extraordinário contra este acórdão?

5ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

Deferida por sentença a reintegração de empregado em sociedade de economia mista estadual, a reclamada recorreu ordinariamente. O reclamante requereu e o juiz presidente concedeu a execução provisória mandando reintegrá-lo de imediato, sob o fundamento de que, no caso, tal providência não acarretaria prejuízo a qualquer das partes.
Comente a decisão do juiz presidente e indique o meio de impugná-la.

06. 08. 1994

DIREITO CONSTITUCIONAL

- QUESTÕES -

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS
MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO
PERTINENTE

1ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

A ação declaratória de constitucionalidade, introduzida pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993, teve a sua constitucionalidade questionada por juristas, segundo os quais ela contraria princípios da Constituição relativos aos direitos e garantias individuais. Aponte quais seriam esses princípios e manifeste o seu entendimento sobre o assunto.

2ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

O Tribunal de Justiça do Estado encaminhou à Assembléia Legislativa mensagem com projeto-de-lei visando à criação de dois juizados de pequenas causas, um cível, outro criminal, e estabelecendo o procedimento a ser observado em tramitação das causas levadas ao seu conhecimento. Aprovado o projeto pela Casa Legislativa e submetido à sanção do Governador do Estado, pede ele o pronunciamento prévio da Procuradoria Geral do Estado.
Faça as vezes do Procurador designado.

3ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

A FIFA - Federação Internacional de Futebol Association veda, em seu Estatuto, que as associações desportivas sujeitas à sua jurisdição - dentre as quais se incluem os clubes de futebol brasileiro - ingressem com ação na justiça comum versando questões desportivas. Qual a eficácia de tal vedação perante o ordenamento jurídico brasileiro? Analise o tema à luz das normas constitucionais pertinentes.

4ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

É admissível no nosso sistema jurídico a declaração de inconstitucionalidade de uma lei por lei posterior?

5ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

Residente nos EE.UU., JOSÉ DOS SANTOS naturalizou-se americano em 1990, para poder trabalhar naquele país, perdendo por isso a nacionalidade brasileira. Regressando agora ao Brasil, requereu lhe fosse reconhecida novamente a nacionalidade brasileira, invocando a alínea b, do inciso II, do § 4º, do art. 12 da Constituição Federal, com a redação que lhe deu a Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1993. Pronuncie-se a respeito.

07.08.1994

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

- QUESTÕES -

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS
MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO
PERTINENTE

1ª QUESTÃO - Valor: 30 (trinta) pontos

Em face do artigo 1.057, primeiro período, do Código Civil Brasileiro, configurar concretamente duas situações fáticas em que tenham incidência as disposições do mencionado artigo e em que a solução da lei seja diversa, justificando cada uma das soluções.

2ª QUESTÃO - Valor: 30 (trinta) pontos

1. PETROLINA DISTRIBUIDORA S.A. ("PETROLINA") e AUTO POSTO GERÂNIO LTDA. ("POSTO") celebraram, na mesma data, dois contratos, a saber:

a) de promessa de compra e venda, pelo qual PETROLINA se obrigou a vender e o POSTO a comprar, pelo prazo de 10 anos, quantidades mínimas mensais de produtos combustíveis e lubrificantes, ao preço ali estipulado,

ficando estabelecido que o inadimplemento de tal obrigação por qualquer dos contratantes implicaria na sujeição da parte inadimplente à multa compensatória equivalente a 20% do valor do contrato, fixado em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

b) de comodato, pelo qual PETROLINA cedeu ao POSTO, também pelo prazo de 10 anos, o uso de tanques, bombas e utensílios para a venda de produtos combustíveis e lubrificantes, destinados exclusivamente à guarda, medição e venda de produtos marca PETROLINA, no qual igualmente se estabeleceu que o inadimplemento das obrigações contratuais implicaria na sujeição da parte inadimplente à multa compensatória equivalente a 20% do valor do contrato, fixado em R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

2. Logo ao início da vigência do 9º ano do período previsto em ambos os contratos, o POSTO restituiu à PETROLINA os tanques e demais equipamentos que esta lhe havia dado em comodato, cessando, concomitantemente, de adquirir os produtos daquela fornecedora.

3. Na ação que lhe propôs PETROLINA visando à rescisão de ambos os contratos, com a aplicação das multas compensatórias previstas em um e outro, o POSTO fundamentou sua defesa na regra do art. 1.250 do Código Civil, da qual, segundo ele, se depreendia o direito de o comodatário restituir ao comodante, a qualquer tempo, a coisa emprestada, arguindo ainda que, em decorrência daquela restituição, se tornara impossível a execução da compra e venda dos produtos da PETROLINA, eis que esta só poderia ser feita para utilização nos equipamentos fornecidos por ela em comodato, por sua própria imposição, o que também afastaria a multa compensatória prevista no contrato de promessa de compra-e-venda.

4. PERGUNTA-SE:

a) é certa a interpretação pretendida pelo POSTO a partir do que dispõe o art. 1.250 do Código Civil? Há alguma razão para se afastar sua aplicação no caso concreto?

b) O POSTO estará sujeito ao pagamento de multas compensatórias à PETROLINA? De ambas, ou de apenas uma? Em sua totalidade, em qualquer dos casos?

JUSTIFIQUE AS RESPOSTAS.

3ª QUESTÃO - Valor: 40 (quarenta) pontos

Os três maiores acionistas da sociedade CONDUÍTES TÉRMICOS S.A., cada um com 17% (dezessete por cento) do capital, firmaram um "Acordo de Acionistas" pelo qual estabeleceram uma disciplina para o exercício do direito de voto. O acordo deveria vigorar enquanto existente a sociedade, que é por prazo indeterminado.

Dois anos depois, um dos acionistas denuncia o "Acordo" e se alia a um outro acionista, detentor de 35% (trinta e cinco por cento) do capital, formando com este um novo poder de controle.

PERGUNTA-SE:

- a) É válida a cláusula que vinculava a vigência do "Acordo" à duração da sociedade?
 - b) Afigura-se admissível a denúncia unilateral do "Acordo"?
 - c) Caso não se considere válida a denúncia unilateral do "Acordo" como deveriam ser computados pela Assembléia Geral os votos do acionista que, rompendo o "Acordo", passou a votar diferentemente do prometido?
 - d) Admite-se a execução específica do "Acordo"? Em que esta consiste?
- As respostas devem estar fundamentadas em todos os seus aspectos.

13. 08. 1994

DIREITO TRIBUTÁRIO

- QUESTÕES -

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS
MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO
PERTINENTE

1ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

Conceitue, caracterize, distinga e indique os fundamentos constitucionais dos vários tipos de "contribuição" previstos na Constituição de 1988.

2ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

A Lei estadual nº XTC, de 29.06.94, publicada no dia imediato e com vigência na data da sua publicação:

- a) majorou a alíquota do imposto de transmissão **causa mortis** e doação;
- b) instituiu a contribuição sobre os vencimentos dos funcionários públicos estaduais, para o custeio, em benefício deles, de sistema de previdência e assistência social;
- c) revogou a isenção do ICMS concedida às saídas de diversas mercadorias dos estabelecimentos produtores;
- d) diminuiu a penalidade pecuniária aplicável nos casos de atraso no pagamento do ICMS.

Indaga-se: em que data adquire eficácia cada qual das medidas estabelecidas pela Lei nº XTC/94? Fundamente a resposta.

3ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

Foram penhorados, em execução fiscal, bens do sócio gerente IRMÃOS SILVA LTDA., tendo em vista que, segundo a informação do Oficial de Justiça, não foram encontrados bens da sociedade. O sócio gerente alegou que não poderia ser responsabilizado porque:

- a) a sociedade limitada não é uma sociedade de pessoas para os efeitos do disposto no art. 134, VII, do CTN;

- b) o seu nome não constava da certidão de dívida ativa.
Dê a sua opinião sobre o caso.

4ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

Da lei de um Estado brasileiro instituindo o ICMS constou um dispositivo com o seguinte teor:

"Artigo... - O imposto de que trata esta lei não incide sobre os serviços de comunicação prestados por veículos de radiodifusão".

Examine a constitucionalidade desse dispositivo.

5ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

Entidade fechada de previdência privada recebeu, em doação, imóvel localizado no Estado do Rio de Janeiro, requerendo à Secretaria de Estado de Economia e Finanças o reconhecimento de imunidade, com base no artigo 150, inciso VI, "c", da CF/88, no que concerne ao imposto de transmissão **causa mortis** e doação.

Opine, conclusiva e fundamentadamente, sobre a hipótese.